

METODOLOGIA DE CLASSIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS: OS SUJEITOS, SEUS PROJETOS E ESPAÇOS DE LUTAS NO TERRITÓRIO

METHODOLOGY OF CLASSIFICATION AND ANALYSIS OF SOCIOTERRITORIAL MOVEMENTS: THE SUBJECTS, ITS DESIGNS AND SPACES OF STRUGGLES IN THE TERRITORY

Márcio Pereira Cabral¹

RESUMO

Este artigo se propõe a contribuir para o debate acerca dos movimentos socioterritoriais e o seu papel na disputa do espaço urbano. Para tal, será preciso revisitar conceitos-chave da geografia que estabelecem conexões e convergências com o que propõem aqueles que enxergam as cidades como espaço de disputa, em especial a partir da emergência da chamada *sociedade urbana* (LEFEBVRE, 1999a). O ponto de partida será uma breve revisão bibliográfica, tendo como centro os conceitos de *espaço urbano*, em diálogo com os objetivos da análise dos chamados *movimentos sociais urbanos* (GOHN, 2010). Ao final deste buscar-se-á apresentar um método para a análise e classificação dos movimentos socioterritoriais urbanos (FERNANDES, 2000) que possibilite identificar quem são os sujeitos, seus projetos e seus espaços de disputa *na e pela* cidade.

Palavras-chave: Cidade com espaço de politização. Movimentos socioterritoriais. Direito à cidade.

ABSTRACT

This article proposes to contribute to the debate about socio-territorial movements and their role in the dispute for urban space. To reach that goal, it will be necessary to revisit key concepts of geography that establish connections and convergences with what is proposed by those who see cities as a space for dispute, especially from the emergence of the so-called urban society (LEFEBVRE, 1999a). The starting point will be a brief bibliographical review, focusing on the concepts of urban space, in dialogue with the objectives of the analysis of the so-called urban social movements (GOHN, 2010). At the end of this one, a method will be presented for the analysis and classification of urban socio-territorial movements (FERNANDES, 2000), which allows to identify who are the subjects, their projects and their spaces of dispute in and by the city are.

Keywords: City with politization space. Socio-territorial movements. Right to the city.

1 Pedagogo licenciado pela UFRGS e Mestre em Geografia pela UFRGS

INTRODUÇÃO

Partimos a nossa análise de um conceito-chave para a geografia: o espaço geográfico. Ao abordar tal conceito, Ruy Moreira (2009) se apoia em Karl Marx para afirmar que, assim como o processo de trabalho², o espaço geográfico é uma “historicização da natureza e naturalização da história”, pois desde o surgimento da humanidade, a “história dos homens e história da natureza fundem-se e confundem-se num só e mesmo plano” (MOREIRA, 2009, p. 34).

Essas dimensões tornaram-se ainda mais complexas nas últimas décadas justamente pelo caminho acelerado que a sociedade capitalista tomou em busca de um desenvolvimento global. Pedon (2013) dialoga com essa concepção ao afirmar que:

Sob a égide do capitalismo, o espaço tornou-se mercadoria pela generalização do processo produtivo, que generaliza a propriedade privada e engloba espaços urbanos e rurais em diferentes articulações; manifestando práticas especulativas e monopolizadoras, permitindo a realização da propriedade privada da terra, ao longo do processo histórico pela generalização da ‘mercadoria-espaço’ (PEDON, 2013, p. 68).

Esse fenômeno resultou no que muitos autores têm chamado de *sociedade urbana* (LEFEBVRE, 1999a), *fenômeno urbano* (DAVIS, 2006) ou *urbanização planetária* (BRENNER, 2014). Para esses autores, a forma urbana atual é a mais complexa já desenvolvida pela humanidade e é o resultado da ação da transformação da natureza através do trabalho humano, sob os interesses do capital que se apropria do espaço, transformando-o em “mercadoria-espaço” (CARLOS, 2013).

Ao problematizarmos a questão urbana, nos será exigido abarcarmos uma série de nuances, por justamente ser sobre o espaço urbano que se assentou a centralidade e a gestão do capital e da sociedade. Sob essa perspectiva, diversos estudos sobre a urbanização têm sido taxativos em afirmar que o espaço urbano atual é marcado por uma forte segregação espacial, resultante da sua fragmentação, a partir de diferentes usos, formas, tamanhos e conteúdo que o modo de produção capitalista lhe atribuiu (VASCONCELOS et al., 2013).

Ana Fani Alessandri Carlos (2013) vai mais além e apresenta tal

2 Marx (2014) trata sobre o processo de trabalho no Capítulo 5 do Livro 1 d'O Capital – “O processo de trabalho e o processo de valorização” (MARX, 2014, p. 255). Para o fundador do marxismo, de um modo geral, o trabalho é caracterizado pela interação homem e natureza e que resulta na transformação desta em bens necessários à sobrevivência do próprio homem.

fenômeno como a negação da cidade e da vida urbana, pois é sobre essa fragmentação que se organiza a sociedade de classes, onde, ao transformar o espaço em mercadoria (mercadoria-espaço), o capital acaba por privatizá-lo, criando assim diversos obstáculos para o seu livre uso. Dessa forma, a cidade, ao se fragmentar, torna-se profundamente desigual. Esse ponto de partida é fundamental para compreendermos o porquê de as cidades contemporâneas terem se transformado ao longo de dois séculos no espaço de produção e reprodução de relações sociais segregadoras, e, portanto, um espaço privilegiado de disputa e cobiça entre os donos do capital e aqueles que se julgam dela excluídos.

A cidade na condição de espaço de disputa não é um fenômeno contemporâneo. Na obra “A Cidade do Capital”, Lefebvre (1999a) já apontava os novos centros urbanos resultantes da industrialização capitalista nos séculos XIX e XX como os espaços onde o capital se apropria do solo e da renda fundiária para a formação, a realização e a distribuição da mais-valia. Por ser contraditória e fruto de uma apropriação, necessariamente essa ação acaba por resultar em conflitos de ordem econômica, política e social, pois não há como esse movimento sobre o espaço urbano não resultar na exclusão de uma imensa massa de trabalhadores.

Outro marco para esta análise parte das obras que abordam a realidade dos trabalhadores na nascente sociedade industrial do século XIX, escritas por Friedrich Engels – A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra (ENGELS, 2010) e Sobre a Questão da Moradia (ENGELS, 2015). Nelas, o autor fundador do marxismo articula uma profunda análise das relações sociais advindas da formação das cidades urbanas e industriais com a denúncia do flagelo da massa de trabalhadores que migravam para os novos centros urbanos em busca de oportunidades.

Para Engels (2010), as cidades da nascente sociedade industrial apresentavam uma riqueza e uma pobreza justapostas, onde a *atomização* do espaço urbano era levada ao extremo. Nelas, emergiam uma *multidão solitária*, totalmente à margem de direitos. “É aí que a concentração de bens atinge seu grau mais elevado, que os costumes e as condições de vida do bom e velho tempo são mais radicalmente destruídos” (ENGELS, 2010, p. 58).

As *cidades do capital*, parafraseando Lefebvre (1999a), desde a sua origem, tornaram-se território de intensa disputa e cobiça, capaz de produzir e reproduzir desigualdades em múltiplas escalas. A riqueza que nelas circulava, fruto do processo produtivo, dos avanços tecnológicos e que geravam novos bens de consumo, era usufruída por uma única classe social. É a partir da exclusão social que a classe trabalhadora acaba por se constituir na

“[...] base real e o ponto de partida de todos os movimentos sociais de nosso tempo porque ela é, simultaneamente, a expressão máxima e a mais visível manifestação de nossa miséria social” (ENGELS, 2010, p. 41).

Assim, ao ignorarmos a determinação dos conflitos sociais pelos interesses de classe, não será possível compreendermos as contradições resultantes da oposição entre classes sociais no espaço geográfico. É por isso que a contribuição do marxismo se torna fundamental para examinarmos o quanto esses conflitos acabaram assumindo uma dimensão urbana.

Feita essa digressão, aqui retomamos o conceito de segregação espacial como um capítulo atual do fenômeno urbano contemporâneo por justamente este ter suas raízes e origens na gênese do capitalismo do século XIX. O que Mike Davis (2006) tem insistido em convencionar como *favelização e empobrecimento das cidades em vários países* nada mais é do que a continuidade do processo histórico iniciado com o advento do capitalismo. A favelização e a precarização do espaço urbano das classes mais pobres seriam então a nova segregação espacial, que se tornou a tendência dominante nos países do chamado terceiro mundo.

É nesse sentido que, em escala global, uma série de movimentos anti-sistêmicos, que contestam a chamada hegemonia do capital, trazem para o interior do espaço urbano um debate mais profundo sobre questões como causalidade, possibilidades e estratégias para as lutas de resistência, por direitos e justiça social. Para esses movimentos, as cidades se constituíram em *plataformas de ação* que vão muito além dos problemas intraurbanos (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). Se as cidades são historicamente atravessadas por essas contradições, então serão nelas que se formarão *espaços para a contestação das relações de poder hegemônicas*.

Desde as décadas finais do século XX, quando o neoliberalismo se tornou “o caminho único”³, diversas reações a este se voltaram para a disputa urbana, onde os movimentos sociais passaram a ocupar o espaço das cidades para reivindicar direitos e justiça social, a partir de ações coletivas construídas e mobilizadas por meio de articulações locais e globais de combate e de solidariedade, tornando assim o urbano num lugar privilegiado de exercício da cidadania e de politização (MILLER; NICHOLLS, 2013). Portanto, é a partir da fragmentação e das desigualdades que marcam as cidades contemporâneas que emergem as lutas contra o processo de repro-

3 Emir Sader e Pablo Gentili (2007) organizaram um balanço crítico da via neoliberal que se organizou como modelo hegemônico em escala global após as sucessivas crises econômicas das últimas décadas. Para tal crítica, somente será possível a superação do neoliberalismo como “caminho único” se aqueles que a ele se contrapõem oferecerem alternativas de resistência para substituí-lo nos diversos espaços de disputa política.

dução do capital, “que faz com que as batalhas [no e pelo espaço urbano] se resolvam pelo jogo político das forças sociais” (CARLOS, 2015, 34).

Miller e Nicholls (2013) têm empenhado um esforço teórico para tratar o urbano como “espaço de politização” e citam a Primavera Árabe como um exemplo de movimento que ocupou diversas cidades do Norte da África em dezembro de 2010, tendo como objetivo central a luta contra os regimes autoritários e o combate à fome na região. Outro exemplo nesse mesmo contexto são os movimentos *Occupy*, que se colocaram contra a globalização capitalista de *Wall Street* em setembro de 2011, além de uma série de outros exemplos de movimentos que tomaram recentemente à cena mundial por meio das grandes cidades.

O conceito de cidade como “espaço de politização” parte da constatação de que o espaço urbano passou a configurar-se como produtor não somente de identidades coletivas, de lutas, resistências e de “utopias reativas”, mas também se tornou uma “incubadora de ideias revolucionárias”, que têm um papel crucial nos amplos movimentos de mudança (MILLER; NICHOLLS 2013, p. 453).

Os diversos exemplos que poderiam ser aqui citados, ou mesmo numa simples busca a partir dos noticiários de jornais locais, poderiam reforçar a ideia de que a exclusão social no espaço urbano é parte constitutiva do modo de produção capitalista. Sob essa orientação, o ambiente urbano tem se transformado, cada vez mais, no lugar de conflitos em múltiplas escalas. Ao disputar o espaço urbano, os indivíduos se organizam e estabelecem assim um ambiente de lutas urbanas, o que Lefebvre (2008) chamava de luta pelo “direito à cidade” como um contraponto à fragmentação e à desigualdade resultante de *transgressões cotidianas*. Para Carlos (2013), tais transgressões possibilitam irmos além da denúncia das desigualdades, pois produzem um *horizonte utópico*, que seria o chamado *direito à cidade*.

No livro “Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana”, David Harvey (2013) busca fazer uma síntese do pensamento lefebvriano e afirma que tal direito [à cidade] não se realiza somente nos direitos individuais ou grupal a bens materiais, mas fundamentalmente na politização da produção social do espaço, na luta pelo direito de criação e plena fruição do espaço (social). Ele vai mais além e nos afirma que, sob essa óptica, o espaço urbano se configura num infinito ambiente de produção de alternativas às desigualdades, onde não será preciso “esperar a grande revolução para que esses espaços venham se concretizar” (HARVEY, 2013, p. 22).

Sob essa perspectiva, Harvey (2013) vai mais além e apresenta o conceito de *utopia experimental* de Lefebvre (1999a). Para o autor francês, o direito à cidade parte dos desejos de mudanças, onde as *queixas*, o sentimento de

exclusão, se reconfiguram em *exigências*, daquilo que se reivindica para si enquanto *direito*. Essa luta pelo *direito à cidade* converte o espaço urbano em uma *incubadora de ideias, de ideais e de movimentos revolucionários* (HARVEY, 2013, p. 21).

Assim, o *horizonte utópico* nada mais é do que um exercício da forma como os movimentos sociais urbanos desejam para si a cidade, como esta deveria ser. Lefebvre (1999a) chamava isso de experimentação das utopias. Paul Singer (1999) assim traduziu tal conceito:

A utopia experimental é a vivência, mesmo que limitada no tempo, mesmo que limitada na qualidade daquilo que poderia ser outro mundo. Nesse sentido é que essa expressão é também ambígua e contraditória: utopia é uma coisa que não existe; experimental é como se fosse aquela coisa de ter o gostinho de como o mundo poderia ser diferente. E esta coisa de ter o gostinho de como o mundo poderia ser diferente é muito importante porque é um elemento fundamental de combate a desesperança (SINGER, 1999, p. 74).

Esses sentimentos, ora abstratos e subjetivos, ou até mesmo identificados com demandas concretas e objetivas, acabam se traduzindo em vontades coletivas, em ações e movimentos que disputam politicamente o espaço urbano. Não ter uma escola pública para os seus filhos ou filhas na proximidade de sua residência seria uma queixa. Reclamar o direito pleno à educação seria um *desejo* e, sob a perspectiva do *direito à cidade*, torna-se uma *exigência*, uma luta. Garantir que essa escola seja de qualidade através da pressão pública e da participação democrática, e assim transformá-la, seria a *experimentação da utopia*.

Essa seria a essência do *direito à cidade* em oposição à *cidade do capital*⁴. Portanto, sob essa concepção, a cidade passa a ser um espaço privilegiado de disputas, de embates e de lutas de classe em que atuam os mo-

4 O Instituto Polis realizou em 2015 uma série de debates para abordar a produção capitalista do espaço. O curso “A cidade do capital e o direito à cidade” debateu temas como: a produção capitalista no espaço urbano; as lutas pelo direito à cidade; as lutas pelo direito à moradia; a mercantilização dos serviços públicos; meio ambiente urbano: o desafio da sustentabilidade; o Fórum Nacional de Reforma Urbana e a luta pelo direito à cidade; a segregação urbana e a gentrificação das cidades; a luta dos catadores e a formação de políticas públicas; mobilidade urbana; e o movimento de saúde e as políticas públicas. Tais debates podem ser acessados através da página do Observatório das Metrópoles: <http://polis.org.br/noticias/curso-a-cidade-do-capital-e-o-direito-a-cidade-tera-transmissao-online/http://www.observatoriodasmetrolopes.net/new/index.php?option=com_k2&view=item&id=1318%3Aa-cidade-do-capital-e-o-direito-%C3%AO-cidade&Itemid=164>. Acesso em: 21 jan. 2017.

vimentos que disputam o espaço urbano e assim produzem suas próprias territorialidades⁵.

1 Sujeitos, projetos e espaços de lutas no território urbano

Após apresentarmos a “cidade com espaço de politização”, de disputa e ação coletiva, onde o “direito à cidade como horizonte utópico” passa a ser um instrumento fundamental adotado pelos movimentos sociais urbanos que reivindicam para si tal direito, agora cabe observarmos quem são os sujeitos do “direito à cidade”, quais são seus projetos políticos e quais são os espaços de luta onde eles atuam no território urbano.

Para esse exercício será fundamental partirmos da crítica à dualidade presente em diversos estudos geográficos que separam a análise das estruturas socioespaciais dos atores sociais que atuam *no e pelo* espaço geográfico. Para tal, nos apoiaremos no conceito de movimentos socioterritoriais.

O termo movimentos socioterritoriais é resultante dos estudos que visam dar ao conceito de movimentos sociais um status de categoria geográfica. Autores como Bernardo Mançano Fernandes (2000), dentre outros, têm defendido que a geografia não pode somente se apoiar nas categorias de outras ciências para discutir os movimentos sociais. Ao tratá-los como uma categoria geográfica, a geografia estaria “iniciando uma reflexão fundamental para compreendermos os movimentos sociais além de suas formas de organização, mas também pelos processos que desenvolvem, pelos espaços que constroem, pelos territórios que dominam” (ibidem, p. 60).

É por isso que, ao longo das últimas décadas, há um esforço de imprimir ao tema um estatuto de categoria geográfica a partir da conceituação de movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 1999; MARTIN, 1997). Para tais autores, seriam estes os movimentos que apresentam “o espaço e o território como trunfo” (MARTIN, 1997, p. 26). Essa análise envolve diversas dimensões do espaço – políticas, econômicas e sociais, etc. e, sob elas, os “movimentos sociais que têm o espaço e o território como trunfos, organizam suas formas e dimensionam-se a partir desse referencial” (FERNANDES, 2000, p. 61).

Portanto, essa visão defende que há nos movimentos sociais um conjunto de mobilizações, ações e objetivos que são essencialmente terri-

5 Diversos estudos têm buscado sistematizar quem são os grupos, atores e agentes que atuam no espaço urbano, dentre eles Pedro de Almeida Vasconcelos (2011) e Roberto Lobato Corrêa (1989). O conceito busca mapear quem são os operadores ativos na transformação urbana, como atuam e as suas intencionalidades na disputa da cidade.

toriais e que são fundamentais para a compreensão dos fenômenos sociais. Para tomarmos os movimentos socioterritoriais como atores, sujeitos e agentes de tal disputa, o caminho investigativo passa agora por abordar-mos quais são seus projetos e espaços de lutas *no e pelo* território urbano. Essa é uma necessidade para a superação do dualismo presente nos estudos que separam a análise socioespacial dos atores sociais que disputam seus territórios, pois é no espaço urbano o *locus* das desigualdades e o ambiente onde emergem as forças mobilizadoras que disputam *no e pelo* espaço as suas territorialidades (apropriação do território).

Para tal, o caminho investigativo necessariamente precisa adotar um enfoque “multi e transescalar” do espaço geográfico que nos é propiciado pelo materialismo histórico e dialético, método este que Lefebvre levou a cabo em seus estudos sobre o a urbanização, particularmente a partir da sua tese de doutoramento “Vale de Campan: estudo de sociologia rural” (LEFEBVRE, 2011). Mesmo que a tese de doutoramento de Lefebvre não tenha se dedicado aos estudos da problemática urbana, será nela que encontraremos o ponto de partida para o seu método de análise, que ele chamou de método regressivo-progressivo. Assim, o primeiro passo será superar o dualismo excludente entre tempo e espaço, natureza e sociedade e todas as dualidades resultantes destas. Essa superação necessariamente parte da abordagem “parte-todo”, oriunda do materialismo dialético, em que a totalidade está contida nas partes e uma mudança de qualidade nestas pode influenciar na mudança do todo.

Por fim, Lefebvre (2011) nos propõe pensarmos a partir do princípio da recursividade, em que é preciso observarmos que o espaço (social) é produtor e produto da sociedade, portanto, uma mudança no espaço pode influenciar nas mudanças mais profundas no que tange às relações sociais. O mesmo pode ser afirmado ao contrário, onde uma mudança na sociedade provoca alterações de qualidade no espaço (social)⁶.

Através do método regressivo-progressivo será possível analisarmos as particularidades presentes no cotidiano das relações sociais desenvolvidas pelos movimentos socioterritoriais nos espaços urbanos, a partir da recomposição do seu passado, e, ao fim, indicarmos as possibilidades de futuro. Ou seja, tal método parte do tempo presente, regressa ao seu passado para recompor as suas relações temporais e espaciais e assim retorna ao tempo presente, possibilitando, ao fim, criarmos hipóteses sobre o seu futuro.

6 Tal análise é semelhante a apresentada por Ruy Moreira (2009), explicitada no início deste artigo.

Esse será o exercício permanente, por meio do qual tentaremos recompor o presente espaço de disputa entre sujeitos *pelo* e *no* espaço geográfico. Como já explicitamos antes, é a partir da urbanização que grupos, atores e agentes identificam as possibilidades para construírem seus *campos de ação*, por meio de múltiplas dimensões – local de ação, objetivos e intencionalidades, por tipo de iniciativa, quanto à capacidade de efetivação da ação, por propósitos, por competência, dentre outros (VASCONCELOS, 2011). Esse é, portanto, o método e o campo de ação, “o espaço de disputa e de politização” no qual propomos observar o embate resultante entre os que detêm a propriedade do espaço urbano *versus* aqueles que reivindicam uma nova configuração das cidades e que aqui ganha também a óptica dos movimentos socioterritoriais.

O próximo passo será a análise dos sujeitos que reivindicam o espaço urbano. Manuel Castells (1983) categoriza os movimentos sociais urbanos como aqueles que colocam em questão a ordem estabelecida a partir dos conflitos sociais relacionados ao modo de vida urbano. Estes estudos têm chamado a atenção de geógrafos em todo o mundo pelo viés político, social e cultural dos movimentos sociais que atuam no espaço urbano. Mas as leituras territoriais da ação dos movimentos sociais ainda não foram devidamente exploradas pela própria geografia por justamente não ser até então os movimentos sociais um conceito geográfico (FERNANDES, 2000). Foi somente a partir dos estudos do território, como conceito geográfico dotado de uma tridimensionalidade social-espacial-temporal, que o espaço urbano também passou a ser visto como o lugar de construção de territorialidades, onde sujeitos produzem seu senso de identidade espacial (RAFFESTIN, 1993). Assim, quando a geografia passa a compreender que o território também gera o sentido de pertencimento e de posse é que a análise territorial dos fenômenos sociais passa a ter um estatuto próprio. Portanto, para esta concepção, serão os movimentos socioterritoriais aqueles que colocam na ordem do dia a disputa pelo território e que tem o espaço geográfico como dimensão das suas lutas e reivindicações.

Jean Lojkin (1997) e Manuel Castells (1983) foram uns dos pioneiros na formulação do conceito de movimentos sociais urbanos sob a influência do marxismo. Por essa vertente de pensamento, a centralidade econômica e produtiva do capitalismo produz uma série de manifestações de diversas ordens que resultam na pobreza, desemprego, discriminações e conflitos por espaço e territórios.

Para Castells (1983), os movimentos sociais urbanos serão aqueles que atuam num quadro mais amplo de lutas políticas, dentro dos conflitos gerados pela incapacidade do capitalismo em garantir “a produção, distri-

buição e gestão dos meios de consumo coletivos necessários para a reprodução da força de trabalho” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 325). Já Lojkin (1997) afirma que não é possível observarmos de forma homogênea tal fenômeno, pois os movimentos sociais urbanos exprimem a divisão social e espacial das atividades monopolistas nos grandes centros urbanos (PEDON, 2013, p. 85).

Portanto, seria preciso irmos além da análise de que os movimentos sociais urbanos seriam aqueles que lutam por seus direitos e contra as exclusões resultantes da contradição capital e trabalho. Estes não seriam uma massa homogênea disputando o interior do espaço urbano apenas resultante da produção, mas também das relações de reprodução capitalista. Ou seja, os movimentos sociais urbanos são a expressão das diversas lutas de classe empreendidas a partir da relação social resultante de modos de vida. Assim, a visão de Lojkin (1997) dialoga com Kowarick (2000) quando este afirma que as relações sociais capitalistas estão *imbricadas* no espaço urbano.

Para tal afirmação não há somente um movimento social urbano e nem uma única questão urbana, mas sim vários movimentos sociais urbanos e várias lutas de classe que atuam no ambiente das cidades. Milton Santos (2000) falava que identificar corretamente os sujeitos é uma condição fundamental para a análise de qual será o espaço dos sujeitos na urbanidade:

[...] os cidadãos se atordoam em sua luta, frequentemente errando de alvo e, desse modo, despendem energias que, em outras condições, teriam resultados mais eficazes. Falta o discurso coerente da cidade, pois o discurso incoerente, fragmentado e analiticamente indigente, já existe. Os próprios intelectuais ainda buscam as variáveis adequadas para escrever essa pedagogia do urbano que codifique e difunda, em termos didáticos e de maneira simples, o emaranhado de situações e relações com que o mundo da cidade transforma o homem urbano em instrumento de trabalho e não mais em sujeito [...] (SANTOS, 2000, p. 132).

A partir dessa constatação, será preciso colocarmos em diálogo o conceito de movimentos sociais urbanos com o de movimentos socioterritoriais para desvelarmos quem são os sujeitos, os agentes e os atores urbanos que disputam a cidade para si na perspectiva do direito à sua territorialidade.

Aqui nos propomos a apresentar um método de classificação que parte do diálogo teórico e conceitual e que será fundamental para os passos

seguintes da pesquisa, onde buscar-se-á ir a campo para dialogar com os sujeitos que disputam o espaço urbano. Com esse intuito inicial, nos apoiaremos na classificação de movimentos sociais urbanos expressos por Maria da Glória Gohn (2010) em diálogo com o conceito de agentes e atores urbanos (VASCONCELOS, 2011), em especial na categoria dos habitantes, dos grupos, das associações, das cooperativas e dos movimentos sociais que disputam o espaço da cidade. Esse exercício é fundamental para os passos seguintes: identificar quais os seus projetos e quais os seus espaços de luta.

Para Gohn (2010), a questão urbana no Brasil é resultante das péssimas condições de vida e de direitos sociais nas cidades brasileiras, o que levou a uma retomada da ação política no espaço urbano nas últimas décadas (ibidem, p. 45). A autora aglutina seus estudos sobre os movimentos sociais urbanos a partir de frentes de luta, segundo suas pautas e reivindicações (inclusão social e condições de habitabilidade nas cidades). Assim, chegou a três subeixos temáticos de organização dos movimentos sociais urbanos:

- a) Movimentos de luta pela moradia – estariam aglutinados em três frentes de luta:
 - plano institucional;
 - luta pelo direito à moradia e;
 - movimentos de associações de moradores;
- b) Movimentos contra a violência urbana – organizados a partir das seguintes frentes de ação coletivas:
 - movimentos contra a violência aos cidadãos/ãs;
 - movimento contra a violência em áreas de periferias e favelas e;
 - ação de resistência aos ataques a civis nas ruas;
- c) Movimentos sociais em áreas sociais (educação, saúde, transportes, etc.):
 - movimentos educacionais (formal, de professores, de estudantes e de movimentos sociais pela educação e não formal);
 - movimentos ao redor da questão da saúde e;
 - movimentos na área dos transportes.

A estes ainda caberia incluir uma série de movimentos que a autora não identifica nos seus estudos, mas que podem ter o espaço e o território urbano com estratégia de luta ou de conquista: movimentos de resistência social, cultural e identitários (mulheres, negros e negras, LGBTs, artistas, população em situação de rua, trabalhadores formais e informais, micro e pequenos empresários, economia solidária, artesãos, usuárias de espaços e

áreas públicas para esporte e lazer, dentre tantos outros).

Para identificarmos se estes movimentos atuam *pelo* ou *no* espaço propomos a identificação do campo de ação de tais movimentos. Para dar suporte a essa identificação, apoiamos-nos na sistematização dos campos de ação propostos por Furini (2014, p. 15) a partir dos conceitos de Vasconcelos (2011), que podem dar as dimensões de ação política dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais:

Agentes Urbanos e Campo de Ação

Campo de Ação	Definição
<i>Intraurbano ou interurbano</i>	<i>Quanto ao local a partir do qual age, a cidade, a rede urbana ou o sistema urbano, segundo a escala geográfica;</i>
<i>Individual ou social</i>	<i>Segundo o objetivo social e espacial que a ação do agente almeja, ou seja, quais as finalidades envolvidas;</i>
<i>Público ou privado</i>	<i>De acordo com o tipo de iniciativa político-administrativa e a capacidade financeira de que são dotados os empreendimentos;</i>
<i>Ativo ou potencial</i>	<i>Em relação à capacidade que os agentes possuem em tornar aplicável suas aspirações;</i>
<i>Intencional ou casual</i>	<i>De acordo com a presença ou não de propósitos na forma de programas, planejamentos e projetos nas tomadas de decisões;</i>
<i>Direto ou Indireto</i>	<i>Segundo a forma de participação nas atividades que estruturam ou reestruturam o espaço urbano;</i>
<i>Subjetivo e Objetivo</i>	<i>Quando se considera a gênese representacional a partir da qual as ações são formuladas enquanto saberes ou quando tomam a forma de práticas, a partir dos saberes gerados;</i>
<i>Regulamentado ou desregulamentado</i>	<i>De acordo com a competência legal da ação e a área de atuação, em que o perfil dos agentes pode ser traçado conforme a legislação em vigor e os quadros profissionais envolvidos.</i>

Tabela 1 – Agentes Urbanos e Campo de Ação.

Fonte: Furini (2014, p. 15).

Para a concepção de movimento socioterritorial, a ação política desses é que modifica a realidade, pois esta age “aumentando o fluxo das relações sociais” (PEDON, 2013, p. 62). Para tal, algumas questões são pertinentes para a classificação desses movimentos como socioterritorial: a questão de escala geográfica, em especial ao território intraurbano, deli-

mitada sobre qual espaço tal movimento age; também há a dimensão da finalidade do movimento e se esta envolve a conquista do espaço ou se ela gera territorialidades.

Para chegarmos a essa delimitação será fundamental perceber quais as ações o movimento empenha para gerar sentidos de pertença e de posse sobre o espaço e sobre territórios. Outras dimensões também são auxiliares, em especial as que atuam sobre a casualidade e a intencionalidade de determinado movimento. Acredita-se, assim, que, a partir desses instrumentos, é possível estabelecermos os sujeitos, os agentes e os atores dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais e assim cumprirmos o seguinte passo: identificarmos quais são os seus projetos na disputa *no e pelo* espaço urbano.

2 Movimentos socioterritoriais: questões de projeto político, alvos de ação, dimensões e objetivos perseguidos

Entendida qual a conformação e a composição dos movimentos socioterritoriais que disputam o espaço urbano então podemos desdobrar para a apresentação de um método que nos possibilite a identificação dos projetos políticos que estes almejam ou representam. Para tal, passam a ser analisadas as formas de intervenção, suas lutas sociais, confluentes com as lutas empreendidas pelos múltiplos agentes urbanos *no e pelo* espaço geográfico.

Para delimitarmos quais são os movimentos que atuam *no e pelo* espaço das cidades e quais são as suas *queixas* e as suas *exigências*, nos apoiaremos nas categorias expressas pelos autores marxistas que apostam nas lutas de classe como grande utilidade na identificação dos projetos em disputa e como estes modificam o espaço ao longo dos embates empreendidos no território urbano.

Castells (1983) afirmava que o alvo de demandas e pressões dos movimentos sociais urbanos seria o Estado, por ser o instrumento político e jurídico que garante as desigualdades sociais. Associados a esse alvo, também podemos recolocar os agentes urbanos que legitimam o Estado e que apoiam as ações coercitivas que geram a exclusão em múltiplas escalas. Para tal, retomamos a classificação segundo Vasconcelos (2011) de agentes urbanos: um primeiro nível seria o capital imobiliário e o capital financeiro; num segundo nível os agentes compostos por movimentos, coletividades e entidades empresariais, patronais e instituições públicas ou privadas; por fim estão as empresas ligadas ao setor imobiliário (promotores, construtores, incorporadores e financiadores) e os técnicos ligados ao planejamento

urbano, que auxiliam as tomadas de decisões.

Observa-se que a dimensão da ação será sempre econômica e política, tendo uma ação ora classista, ora atravessada por identidades sociais diversas (gênero, raça, sexo, etc.). Essas identidades particulares são expressas pelo programa de cada movimento social (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 338). Mais do que a luta pela expropriação dos meios de produção, tais movimentos também adotam a luta por acesso ao consumo e a bens e serviços. Desse modo, a luta passa a reivindicar também objetivos reformistas, serviços e infraestruturas, a defesa de direitos humanos e difusos, de políticas sociais. Mesmo assim, muitos movimentos ainda permanecem centrados na transformação da ordem, com seus programas de forte caráter revolucionário e de profunda transformação social (ibidem, p. 339).

Aqui nos propomos a aproximar as lutas de classe empreendidas pelos movimentos socioterritoriais que atuam no espaço urbano, visando novas territorialidades e/ou espacialidades na aproximação dos objetivos tanto de superação da ordem capitalista quanto do viés reformista, pois julga-se que ambos operam, dentro dos seus limites, na transformação do espaço. Este será também um método que se julga capaz de identificar os objetivos perseguidos e os projetos políticos dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais que são objeto de análise da presente pesquisa.

Em seus estudos sobre Estado, classe e movimentos sociais, Montaña e Duriguetto (2011, p. 341) assim sistematizaram as características dos movimentos sociais:

Caracterização dos Movimentos Sociais

Características	MOVIMENTO SINDICAL	NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS (NMS)		“TERCEIRO SETOR”
	<i>Autores marxistas</i>	<i>Autores marxistas</i>	<i>Autores nacionalistas</i>	<i>Autores pós-modernos</i>
1. Conformação e composição	<i>Classe social</i>	Desdobramento da “questão social” Contr. Capital-trabalho	<i>Identidades particulares</i> <i>Transclassistas</i> Não classistas	<i>Interclasses em parceria</i> (com o Estado e empresas)
2. Esfera de atuação principal	<i>Esfera da produção</i>	<i>Desdobramentos no mercado</i> (oriundos da <i>esfera produtiva</i>)	Desigualdades na esfera do mercado	<i>Esfera da Sociedade Civil</i>

3. Formas de intervenção	<i>Lutas de classes</i> Contradição capital-trabalho	<i>Lutas sociais, confluentes com lutas de classes</i>	<i>Lutas sociais, alternativas das lutas de classes</i>	<i>Ações sociais, entre parceiros</i>
4. Alvo de ação	Inimigo: <i>burguesia</i> Causa: <i>exploração</i>	Alvo de demandas e pressões: <i>Estado</i> Causa: <i>desigualdade</i>	Alvo de demandas e pressões: <i>a sociedade civil ao Estado</i> Causa: <i>carências</i>	Capitalista e Estado são <i>parceiros</i>
5. Dimensões da Ação	<i>Econômico-política</i>	<i>Econômico-política</i>	<i>Politicismo</i> <i>Deseconomização</i>	<i>Parceira</i> <i>Deseconomização</i> <i>Despolitização</i>
6. Objetivos perseguidos	<i>Reformista-sindical: limites na exploração</i> <i>Revolucionário: superação da ordem</i>	<i>Reformista-mercantil: acesso ao consumo de bens e serviços</i> <i>Revolucionário: superação da ordem</i>	<i>Reformista-mercantil: acesso ao consumo de bens e serviços</i> Demandas por reconhecimento de identidades e/ou emancipação social	<i>Ação social compensatória e focalizada</i> <i>Filantropia, voluntariado, ajuda</i>

Tabela 2 - Características dos Movimentos Sociais.

Fonte: Montañó & Duriguetto (2011, p. 341).

Ao identificarmos quem são os sujeitos que disputam o espaço urbano e quais são os seus projetos, um último passo será delimitarmos quais são os seus espaços de lutas e disputas no interior das cidades. Esse é um passo fundamental, pois será a partir da reivindicação desses espaços que tais movimentos socioterritoriais podem contribuir para transformá-los através das disputas territoriais empreendidas *no e pelo* espaço urbano.

Para este exercício, nos apoiaremos em alguns conceitos expressos por Roberto Lobato Correa (2013), quando este se propõe a analisar a produção do espaço urbano a partir de duas linhas: uma primeira, que enxerga o espaço como a ação resultante da intervenção de agentes sociais, e a segunda, que se refere à dimensão espacial onde ocorre a dimensão humana. Para o autor, tais dimensões são resultantes das escalas espacial e conceitual. Portanto, o primeiro passo é a delimitação da área urbana na qual ocorre a ação de um ou de diversos agentes sociais, tendo em vista sempre as ações estratégicas e as práticas empreendidas por tais movi-

mentos no espaço urbano; o segundo já é um desafio de relacionar tal ação numa espacialidade multiescalar, correlacionando a ação e o movimento compreendido com lutas gerais e de ação global.

Esse exercício nos permite correlacionar os movimentos socioterritoriais que lutam pelos seus espaços e territórios com as lutas mais gerais, que implicam em mudanças mais gerais, como, por exemplo, os movimentos de luta pelo direito à moradia, de resistência cultural e popular, de direitos sociais como saúde, educação, etc., em especial quando estão relacionados à chamada *questão social*, que parte da contradição entre capital *versus* trabalho, ou seja, implica na contradição central do modo capitalista de produção.

Segundo Iamamoto e Carvalho (1983, p. 77):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Ao dialogar com essas afirmações, Ana Fani Alessandri Carlos (2013) afirma que a produção do espaço por uma determinada sociedade necessariamente é resultante da própria existência humana e resultará em espaços marcadamente identificados com esta. Se a marca atual da organização social é o modo de produção capitalista, então a marca fundamental do espaço humano segue a mesma lógica, o que seria a transformação de toda a produção espacial em mercadoria. Essa seria a marca (signo) que orienta a organização e a produção do espaço urbano das grandes cidades.

Portanto, quando os movimentos socioterritoriais atuam *no e pelo* espaço urbano terão de enfrentar a mercantilização deste, um fenômeno empenhado por quem já o ocupa dentro da lógica mercadológica – os agentes do mercado imobiliário e seus aliados. Nesse sentido, os espaços serão sempre de disputa, fundamentalmente de ordem econômica, pois partem da lógica que funda o espaço sob a orientação do capitalismo – a propriedade privada; tal orientação se desdobra em novos sentidos quando o pensamos na perspectiva social (quem são os sujeitos que a disputam), política (quais são os instrumentos legais e dos costumes que orientam a apropriação do espaço) e cultural (no campo das ideias, dos valores e da moral que conservam a organização social do espaço).

Assim, os espaços de disputa partem fundamentalmente da exclusão resultante da apropriação privada do espaço urbano que, necessariamente, forja uma massa crítica frente a tal contradição. Ao se articularem entre si, para questionar, denunciar, reivindicar e até mesmo organizar práticas de resistência à apropriação privada, grupos fortes acabam por reunir recursos e construir narrativas capazes de identificar quais são as fontes de opressão (MILLER; NICHOLLS, 2013, p. 459).

CONCLUSÃO

No trabalho investigativo geografia urbana é fundamental delimitarmos qual o lugar onde os movimentos socioterritoriais que disputam a cidade atuam. O conceito de lugar tem sido identificado por várias vertentes de pensamento e aqui nos apoiamos no defendido por Correa (1989), que o define como a porção do espaço geográfico que é atravessado por particularidades e singularidades identificadas com os agentes socioespaciais. Neste artigo, o nosso ponto de partida foi o espaço como o lugar de materialização da existência humana, como dimensão da realidade, o que Lefebvre (2013a) chamou de espaço social.

Esse pensamento também impõe novos desafios à geografia, em especial porque ela é a ciência que tem tal objeto como uma das suas principais categorias de análise e que a tensiona a dialogar com as outras ciências. Também tem sido comum os geógrafos, que assumem para si esse discurso, advertirem que essa concepção de espaço está contida dentro do espaço geográfico, para assim evitar distorções e falsas polêmicas no debate já presente na geografia sobre o uso do espaço. Grosso modo, poderíamos afirmar que o espaço social é a parte do espaço geográfico modificada pela ação humana, pelas relações sociais através do tempo. Para o autor francês, a totalidade dessa ação, construída ao longo do passado, do presente e do futuro no espaço (social) formam uma completude, possuindo qualidade de ser um todo mesmo sendo parte.

Essa complexidade e dinamismo espacial exigem um olhar multidimensional e multiescalar, que observa a totalidade do espaço a partir de suas conflitualidades e interações. Contudo, muitas vezes as leituras feitas sobre o espaço vão na direção contrária e acabam por fragmentá-lo de forma unidimensional, setorial, linear, uni escalar e incompletas e também resultam numa delimitação do espaço através de interesses privados, seja de ordem econômica, política, social ou cultural. São essas leituras fragmentadas que geram desigualdades **no e pelo** espaço e que provocam toda uma ação contrária por parte daqueles que não participam do seu uso unidimensional.

Mas todo o movimento sobre espaço esbarra nas suas contradições. O chamado fenômeno urbano identificado por Henri Lefebvre (1999b) nos apresenta outras possibilidades para o uso do espaço das cidades a partir da sua formação social, e isso pode abrir um contraponto ao uso empresarial a partir da criação de espaços desfragmentados, convergentes, focados na simultaneidade, no encontro dos diferentes e na “reunião de cidadãos”. Como dizia o autor francês, essa nova situação, aberta através do fenômeno urbano, é uma “abstração concreta”, feita de conteúdos sociais. São esses novos usos do espaço que criam as possibilidades para que movimentos sociais que têm o território como centro da sua disputa passem a operar na efetivação de contrapontos ao uso mercantil do espaço urbano.

É por isso que, ao concluirmos este artigo, queremos também chamar a atenção para o papel desempenhado por esses movimentos, que assumem o espaço e o território como tática de disputa – os movimentos socioterritoriais. Para tais, as questões que envolvem o espaço urbano assumem uma principalidade e assim formam um campo de disputa capaz de exercer influência na ação coletiva, dessa forma impulsionando mudanças de qualidade no espaço geográfico – o que, parafraseando Lefebvre (2013a), chamamos aqui nesta conclusão de *reinversão do mundo invertido*.

Há um esforço na geografia brasileira com o intuito de tornar o tema dos movimentos socioterritoriais um conceito geográfico (FERNANDES, 2000). Essa ideia parte da necessidade de a geografia assumir que há uma série de movimentos que se apropriam do espaço geográfico através de ações coletivas que modificam a realidade e que operam em escalas intraurbanas. Este ato delimita o espaço de ação destes movimentos resultando em novas territorialidades.

Oferecer um método de análise para tais fins contribui para que a amadureçamos no interior do debate geográfico os estudos e análises que orientem uma maior atenção sobre a ação de movimentos socioterritoriais, para que a geografia não seja sempre dependente da análise produzida por outras áreas das ciências humanas, que debatem os movimentos sociais, porém nunca com a perspectiva primária na ação territorial ou espacial e, assim, incapaz de explorar na plenitude a potencialidade dos movimentos que têm o território como trunfo e objeto de disputa.

À geografia abre-se novas possibilidades quando traz para o seu interior o mapeamento e análise de movimentos que atuam sobre o espaço geográfico, modificando, desse modo, a sua paisagem e efetivando novos territórios. Este debate, sobre o papel dos movimentos socioterritoriais na disputa do espaço urbano, é decisivo para a afirmação de uma visão desfragmentadora do espaço social.

REFERÊNCIAS

- BRENNER, Neil. BRENNER, Neil. Teses sobre a Urbanização. *E-metropolis*, Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, v. 9, n. 5, p. 6-26, 2014.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Prática Espacial Urbana como Segregação e o 'Direito à Cidade' como Horizonte Utópico." In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). *A Cidade Contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Reprodução do Espaço Urbano como Momento de Acumulação Capitalista. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). *Crise Urbana*. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- CASTELLS, Manuel. *Cidade, Democracia e Socialismo: a experiência das associações de vizinhos de Madri*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CORREA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 1989.
- CORREA, Roberto Lobato. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2013.
- DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ENGELS, Friedrich. *Sobre a Questão da Moradia*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hicitec, 1999.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Movimento Social como Categoria Geográfica*. São Paulo: Terra Livre, 2000.
- FURINI, Luciano Antônio. Os Agentes Urbanos: conceitos e características principais. *Revista Geografia e Pesquisa*, v. 8, n. 1, p. 15-24, 2014.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São

- Paulo: Cortez, 1983.
- KOWARICK, Lúcio. *Escritos Urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. *A Cidade do Capital*. São Paulo: DP&A Editora, 1999a.
- LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. *O Vale de Campan: estudo de sociologia rural*. São Paulo: Edusp, 2011.
- LOJKINE, Jean. *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MARTIN, Jean-Yves. A Geograficidade dos Movimentos Sociais. *Caderno Prudentino de Geografia*, p. 26-41, nov. 1997.
- MILLER, Byron; NICHOLLS, Walter. *Social Movements in Urban Society: The City as a Space of Politicization*. [S.l.]: [s.n], 2013.
- MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, Classes e Movimento Social*. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- MOREIRA, Ruy. *O que é Geografia*. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- PEDON, Nelson Rodrigo. *Geografia e Movimentos Sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial*. São Paulo: UNESP, 2013.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 2000.
- SINGER, Paul. *Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Editora Contexto, 1999.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A utilização dos agentes sociais nos estudos de Geografia urbana: avanço ou recuo? In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). *A Cidade Contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.